

**EXC no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.062 - DF (2019/0075899-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**IMPETRANTE** : **RUBENS RODRIGUES FRANCISCO**  
**IMPETRANTE** : **CIBELE CARVALHO BRAGA**  
**ADVOGADOS** : **RUBENS RODRIGUES FRANCISCO (EM CAUSA PRÓPRIA) -**  
**SP347767**  
**CIBELE CARVALHO BRAGA (EM CAUSA PRÓPRIA) -**  
**DF057333**  
**IMPETRADO** : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**DECISÃO**

Cuida-se de exceção de suspeição apresentada pelo impetrante, RUBENS RODRIGUES FRANCISCO, na qual aponta suposta parcialidade desta Relatora na condução do presente processo (e-STJ fls. 45/58).

Argumenta que o indeferimento da petição inicial por esta Relatoria "*evidencia sua advocacia administrativa em favor da autoridade coatora, denunciando grande amizade e apreço pelo violador de direito líquido e certo, e grande desprezo e inimizade para com os incipientes/impetrantes*" (e-STJ, fl. 57).

Afirma que a advertência contida na decisão que apreciou os embargos de declaração - de que a interposição de recursos poderia ensejar a incidência das penalidades dos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15 - evidencia o tom de ameaça e a relação de inimizade dirigida ao impetrante.

Reitera, ainda, as teses da inicial da impetração, aduzindo que os recursos interpostos no processo no qual praticado o ato tido por coator não possuíam caráter protelatório e que a certificação do trânsito em julgado caracteriza abuso de poder e cerceamento ilegal do direito de defesa.

Ao final, requer a declaração de nulidade dos atos decisórios nestes autos e a redistribuição do processo a novo relator.

**É O RELATÓRIO. DECIDO.**

As alegações trazidas pelo excipiente não caracterizam qualquer das hipóteses previstas no art. 145 do CPC/15, sendo inaptas para indicar a

parcialidade desta Relatora no julgamento do presente mandado de segurança.

Com efeito, a decisão de indeferimento liminar do mandado de segurança foi técnica e exaustivamente fundamentada na incidência do art. 10 da Lei 12.016/09, ante a circunstância de que *"a decisão que determinou a certificação do trânsito em julgado foi, de fato, impugnada por meio de petição nominada como embargos de declaração"*, sendo que *"a decisão que indeferiu esse pleito dos impetrantes foi, por sua vez, impugnada por meio de agravo regimental, não conhecido por sua intempestividade"*, tendo, assim, ocorrido *"o trânsito em julgado do ato apontado como coator antes da impetração do presente writ, realizada em 18/03/2019, o que evidencia não ser o caso de mandado de segurança"*.

Vale registrar que a menção à possibilidade de incidência das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15 é mera advertência às partes, a fim de desencorajar a interposição de recursos manifestamente inadmissíveis, protelatórios ou improcedentes, não configurando ameaça ou relação de inimizade.

Assim, diante dessas circunstâncias, não reconheço a sugerida suspeição.

Nos termos do art. 276, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, autue-se em apartado a exceção apresentada às fls. 45/58 (e-STJ), designando-se relator e suspendendo-se o processo, até ulterior decisão do incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora